



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais, integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado, e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), conta, atualmente, com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) Desembargadores, 483 (quatrocentos e oitenta e três) Juízes de direito e 7.726 (sete mil setecentos e vinte e seis) Servidores Públicos ativos, atuando na área fim e na área meio, ambas no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando a pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária, é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária. Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 24 de setembro de 2015, e alterações monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, por meio de Anexo à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido a integração com o Sistema Corporativo eFisco, ferramenta de gestão e contabilização da execução



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os Órgãos e Entidades dos Poderes, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/08 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2001– Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais ainda não foi concluído, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem estar em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por tratarem-se das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam, portanto, os saldos da UGE 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <http://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/contas-publicas/informacoes-do-exercicio-de-2018>.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

As demonstrações contemplam as notas explicativas, que contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas referidas peças contábeis.

2.1. Sumário das Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Disponibilidades

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, a créditos resultantes de acordo com servidores e ex-servidores, a multas por descumprimento contratual, a arrendamentos e a ressarcimento de pessoal cedido. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é registrado, com base na perspectiva de recebimento, conforme metodologia detalhada no item 2.1.4 abaixo.

2.1.3 Estoques

Compreende o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo

Composto pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

O MCASP (7º edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	Ano 3	Ano 2	Ano 1
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.5 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares, e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE/PE, anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”. Tal fato impacta na evidenciação do balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais do exercício, conforme detalhado abaixo.

2.1.5.1 Bens Móveis

Os bens estão reconhecidos ainda a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição, tendo sido definido, com o intuito de melhorar a evidenciação desses ativos, que os bens móveis adquiridos nos últimos 10 anos serão depreciados a partir de 2019 por meio



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

de nova rotina do sistema informatizado de controle patrimonial, que está sendo desenvolvida pela Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesse sentido, os bens, adquiridos antes de 2009, que representam 30% do total, serão posteriormente avaliados, dentro do conceito de adoção inicial da norma, possibilitando a respectiva depreciação.

2.1.5.2. Bens Imóveis

Em 2018, concluiu-se a avaliação dos imóveis pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), restando pendente 9 unidades que estão sendo revistas pela unidade competente.

As avaliações foram elaboradas com base no Método Evolutivo, previsto na Norma Brasileira de engenharia que disciplina a matéria, NBR nº 14.653-1, o qual consiste na identificação do bem pelo somatório das parcelas dos componentes do imóvel. O referido método utiliza ainda as seguintes fontes de informações: vistorias realizadas no imóvel, pesquisas de mercado, publicações especializadas em engenharia de avaliação, além de material fotográfico

Essas avaliações, vêm refletindo em diversos registros contábeis de ajuste e reconhecimento de bens imóveis, com impacto na conta de ajuste de exercícios anteriores por estarem contempladas no contexto de adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela DEA. Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada referente aos bens já avaliados, com base na vida útil informada no parecer técnico avaliatório.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

2.1.6 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

2.1.7 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno apenas para os bens imóveis já avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, nos termos definidos no cronograma de adoção inicial junto ao referido tribunal. O cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, em virtude das limitações do atual sistema de gestão patrimonial, com base na vida útil definida, adotando-se o método de quotas constantes.

Para os bens móveis, o procedimento de depreciação está previsto para ser implementado em 2019 para os bens adquiridos nos últimos 10 anos. Os demais serão avaliados dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas vigentes.

Considerando a perspectiva de implantação do módulo de patrimônio do PE-Integrado somente para o segundo semestre/2020, as áreas envolvidas definiram os parâmetros para construção da rotina de depreciação no sistema de Gestão Patrimonial do Poder, em fase de testes pela Secretaria da Tecnologia, Informação e Comunicação (SETIC).

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. No TJPE, o registro de amortização foi iniciado em 2012, controlado por meio de planilha em Excel, pelas mesmas limitações anteriormente citadas. A Secretaria de Tecnologia e Comunicação – SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de quotas constantes e sem valor residual.

2.1.8 Passivo Circulante

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Em 2018, iniciou-se o



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

registro do passivo de licença prêmio devido a servidores, apenas aos que possuíam dez ou mais anos de efetivo exercício prestado ao TJ, atendendo aos requisitos em 04/06/99, antes da emenda constitucional nº 16/1999 do Estado de Pernambuco. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

2.1.9. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

2.1.10 – Apuração do Resultado

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da Entidade.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Resultado financeiro

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 7^o edição, pág. 413)

Nesse contexto, para elaborarmos as demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados, conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Descrição	Transações Recíprocas Excluídas no Demonstrativo Consolidado	
	2018	2017
Balanco Patrimonial		
Ativo	186.477,40	-
Passivo	186.477,40	-
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	64.160.450,51	89.923.584,71
Variações Patrimoniais Diminutivas	64.160.450,51	89.923.584,71
Balanco Financeiro		
Ingressos	2.161.835,22	2.501.799,70
Dispêndios	2.161.835,22	2.501.799,70

Importante esclarecer que não houve ajustes na consolidação do Balanço Orçamentário, tampouco Demonstração do Fluxo de Caixa.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Quadro do Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Descrição	2018	2017
Conta Única	1.790.053,93	144.369,89
Contas Movimento	2.724.521,55	2.538.214,76
CDB/RDB	39.585,45	1.903.695,44
Fundos de Aplicação Financeira	130.442.250,87	190.076.701,27
TOTAL	134.996.411,80	194.662.981,36

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreende os valores a receber relativo a dois processos referente Taxa de Serviço Notarial e Registrais-TSNR.

Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2018	2017
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais	5.504.013,47	5.242.185,52
Créditos a receber de fornecedores ¹	4.418.918,96	-
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.730.825,76	3.763.550,76
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.824.472,36	2.257.365,85
Convênio de Cessão de Pessoal	1.787.787,24	-
Outros Créditos a receber	171.419,42	23,57
Créditos a receber por arrendamentos	92.202,06	89.697,38
Créditos a receber por outros contratos	73.963,17	160.152,61
Suprimento de Fundos Institucional	12.079,34	9.923,66
Abono Constitucional de Férias	-	7.667.049,84
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	(3.645.389,85)	(3.582.523,97)
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	(1.782.691,94)	(2.148.786,55)
(-) Ajuste de perdas de créditos a receber por outros contratos	(71.752,22)	(152.449,27)
TOTAL	11.944.640,27	13.306.189,40

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Valores recebidos em janeiro de 2019.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Destaca-se o reconhecimento do ajuste para perdas sobre o valor reconhecido a título de créditos a receber por outros contratos, por multas contratuais de fornecedores e de servidores e ex-servidores, utilizando o percentual de 97,71, calculado pela metodologia explicitada no item 2.1.2. Os demais créditos não foram ajustados, em virtude de razoável certeza de seu recebimento no curto prazo.

Nota 4 – Estoques – Uma parte dos estoques, R\$ 6.343.048,53, é formada por materiais de consumo adquiridos e armazenados em almoxarifado gerenciado pela Diretoria de infraestrutura, para uso do Tribunal. O montante de R\$ 251.765,44 refere-se a materiais médicos e odontológicos armazenados em almoxarifado administrado pelo Centro de Saúde do PJPE. Assim, os estoques totalizam R\$ 6.594.813,97.

Descrição	2018	2017
Almoxarifado - Material de Consumo	6.343.048,53	7.131.765,28
Almoxarifado - Saúde	251.765,44	336.000,29
Total	6.594.813,97	7.467.765,57

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente – Pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD), detalhadas no quadro abaixo, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Descrição	2018	2017
Prêmios de Seguros a Apropriar	37.792,14	164.740,19
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	19.833,61	19.970,38
TOTAL	57.625,75	184.710,57

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Créditos a Longo Prazo – O montante de R\$ 19.442,15 refere-se à expectativa de recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa não Tributária, realizáveis no longo prazo, relativos, principalmente, a multa contratual e valores recebidos indevidamente por servidores e ex-servidores, deduzido do ajuste para perda. Em 2017, esse ajuste representou 98,95%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.2.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Descrição	2018	2017
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	1.851.632,72	1.200.995,06
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(1.832.190,57)	(1.165.685,80)
Total	19.442,15	35.309,26

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo. Conforme exposto no item 2.1.7, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como um imóvel cedido pelo TCE.

Descrição	2018	2017	Crescimento R\$
	(a)	(b)	(c) = (a - b) / b
Bens Imóveis	711.187.758,70	668.171.707,28	6,44%
Bens Móveis	237.499.679,35	223.659.298,08	6,19%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(23.028.490,13)	(14.813.398,83)	55,46%
Total	925.658.947,92	877.017.606,53	5,55%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pela divisão da nota em 7.1 e 7.2, Bens Móveis e Imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo.

Nota 7.1. Imobilizado - Bens Móveis – Totalizaram R\$ 237.499.679,35, distribuídos nas contas contábeis, detalhadas no quadro a seguir.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Descrição	2018	2017	Varição 2018 / 2017	Análise Vertical 2018	Análise Vertical 2017
Bens de Informática	96.243.602,12	94.154.544,03	2,22%	40,52%	42,10%
Móveis e Utensílios	64.493.698,65	61.761.979,04	4,42%	27,16%	27,61%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas ¹	53.802.428,22	49.180.234,77	9,40%	22,65%	21,99%
Veículos	21.156.862,16	16.794.440,06	25,98%	8,91%	7,51%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.709.892,34	1.674.904,32	2,09%	0,72%	0,75%
Obras de Arte e Peças para Exposição	78.345,92	78.345,92	0,00%	0,03%	0,04%
Materiais Culturais, Educação e de Comunicação	14.849,94	14.849,94	0,00%	0,01%	0,01%
Total	237.499.679,35	223.659.298,08	6,19%	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2018, em relação ao montante desse grupo, a contabilidade encontra-se a maior em R\$ 139.362,34, evidenciado no Relatório de Inventário, devido a classificação equivocada nesse grupo do ativo, por tratar-se de instalações, fato este a ser regularizado em 2019, com transferência para conta de Instalações em Andamento.

Nota 7.2. Imobilizado - Bens Imóveis – Os bens encontram-se estruturados nos grupos abaixo, identificados individualmente.

Descrição	2018	2017	Varição 2018 / 2017	Análise Vertical 2018	Análise Vertical 2017
Edificações em Geral	499.664.704,99	485.800.784,80	2,85%	70,26%	72,71%
Terrenos com Edificações	96.687.334,35	88.027.386,85	9,84%	13,60%	13,17%
Obras em Andamento	66.920.415,79	41.511.077,69	61,21%	9,41%	6,21%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%	3,91%	4,16%
Terrenos sem Edificações	14.553.967,33	18.958.877,53	-23,23%	2,05%	2,84%
Instalações	2.888.115,64	4.032.456,56	-28,38%	0,41%	0,60%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%	0,18%	0,19%
Estudos e Projetos	807.512,54	742.207,99	8,80%	0,11%	0,11%
Instalações em Andamento	566.792,20	-	-	0,08%	-
Subtotal	711.187.758,70	668.171.707,28	6,44%	100%	100%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis ¹	(23.028.490,13)	(14.813.398,83)	55,46%	-	-
Total	688.159.268,57	653.358.308,45	5,24%	-	-

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se à depreciação sobre Edificações em Geral, Instalações e Bens Imóveis Cedidos por Terceiros.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Nota 8 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida, detalhado no quadro abaixo.

Detalhamento	2018	2017
Softwares em Uso	28.470.359,91	26.975.170,77
(-) Amortização Acumulada	(21.316.973,48)	(18.571.184,85)
TOTAL	7.153.386,43	8.403.985,92

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, e encargos a pagar, entre outros, com vencimento no curto prazo, evidenciados no quadro.

Descrição	2018	2017
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil ¹	79.032.740,90	79.689.166,96
Licença Prêmio ¹	28.602.479,88	-
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ¹	25.588.354,06	25.845.466,35
Férias - Contribuição Patronal RPPS ¹	18.625.484,01	18.785.266,25
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ¹	3.922.080,00	4.279.635,00
Pessoal de Exercícios Anteriores ²	1.571.606,43	805.498,50
Contribuição Patronal ao SASSEPE ³	627.151,65	639.559,54
Férias – Contribuição Patronal INSS ¹	363.239,14	354.283,39
Contribuição Patronal ao INSS ³	291.801,35	516.868,53
Demais Obrigações	91.017,84	4.000,00
Total	158.715.955,26	130.919.744,52

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

² Obrigações referente a saldo remanescente da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, auxílio alimentação atrasado devidos a magistrados, bem como de valores a devolver a título teto remuneratório descontado a maior, passível de futura execução orçamentária.

³ Obrigações inscritas em Restos a Pagar Processados.

Destaca-se que dentre as obrigações acima, R\$ 127.531.898,11 são valores decorrentes da apropriação de férias e respectivos encargos devidos a servidores e



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

magistrados, conforme informação dos relatórios mensais gerados pelo sistema Universal RH, cuja classificação contábil é de passivo permanente, ou seja, que dependem ainda de execução orçamentária para o seu pagamento.

O acréscimo nesse grupo em 2018 decorre do reconhecimento da licença prêmio, devida a alguns servidores, explicada no item 2.1.8.

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Esse grupo é representado por obrigações com fornecedores, dentre as quais, destacamos R\$ 8.651.053,60 relativo a parte dos restos a pagar processados inscritos, ou seja são despesas orçamentárias empenhadas e liquidadas. Dessa forma, os empenhos das respectivas obrigações emitidos em 2018 foram cancelados, em virtude da vedação de inscrição em restos a pagar não processados, fato que será regularizado com a emissão de novos empenhos em 2019, em dotação orçamentária específica (Despesa de Exercício Anterior), possibilitando o pagamento da referida obrigação.

Nota 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, destacando-se as obrigações com FUNAFIN e impostos retidos, a recolher na época própria, conforme quadro.

Descrição	2018	2017
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	28.688.990,57	13.847.222,81
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	12.515.418,87	11.926.126,40
Depósito de Terceiros	2.347.380,93	2.270.484,70
Demais Obrigações ¹	2.114.945,85	3.586.908,69
Total	45.666.736,22	31.630.742,60

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 12 – Resultados Acumulados – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade encontrando-se detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2018	2017
Resultado do Exercício ¹	(28.004.903,55)	21.450.970,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	(17.261.748,19)	60.787.165,87
SUBTOTAL	(45.266.651,74)	82.238.136,32
Resultado de Exercícios Anteriores	918.995.737,14	836.757.600,82
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	873.729.085,40	918.995.737,14

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores registrados em 2017, correspondem a lançamentos realizados em decorrência de fatos atribuídos a exercícios pretéritos, detalhados a seguir.

Descrição	2018	2017
Reconhecimento do Passivo com Licença Prêmio	(28.602.479,88)	-
Avaliação de Imóveis	15.129.639,50	61.099.986,34
Avaliação das doações concedidas – Bens Móveis ¹	(3.596.486,41)	-
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(192.421,40)	(312.820,47)
TOTAL	(17.261.748,19)	60.787.165,87

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a ajuste dos bens doados no exercício, com base em avaliação realizada pelo setor de patrimônio do Poder, razão pela qual foi registrada como ajuste de exercícios anteriores, considerando que os bens estavam registrados a custo histórico. O valor líquido contábil foi baixado do ativo contra uma variação patrimonial diminutiva do período.

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

Nota 13 – Evidencia a composição patrimonial, segregada em ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/1964. O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2018 o montante de R\$ 84.151.112,43, conforme Nota 15.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

Nota 14 - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012, não contempladas no conceito do quadro, em outras contas de compensação associadas ao controle financeiro das contas bancárias vinculadas a pagamentos de precatórios



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

subordinados ao regime especial que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 99/2017.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2018	31/12/2017
Estado de Pernambuco	222.056.149,28	110.585.136,02
Municípios	56.058.785,57	55.242.203,63
Total	278.114.934,85	165.827.339,65

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

Nota 15 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

Superávit Financeiro	2018	2017	% Variação 2018/2017
	(a)	(b)	$(c=a/b*100-100)$
Recursos Ordinários - Administração Direta	11.823.735,78	15.553.224,02	-23,98%
121000000-Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	619.056,27	586.053,28	5,63%
124000000-Recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM - PJPE	71.708.320,38	126.556.622,07	-43,34%
TOTAL	84.151.112,43	142.695.899,37	-41,03%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Em 2017, o acréscimo relevante nesse item justifica-se pelo reconhecimento da variação decorrente de inscrição do concurso público para servidores que totalizou R\$ 9.173.168,19.

Nota 2 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras – A redução de 64% decorre principalmente pela diminuição dos montantes aplicados, em razão da utilização de toda receita arrecadada no exercício, como também do uso de fatia significativa dos recursos disponíveis a título de superávit, por meio da abertura de crédito adicional.

Nota 3 – Transferências Intragovernamentais Recebidas - Correspondem a transações recebidas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores e bens.

Descrição	2018	2017
Duodécimos Recebidos ¹	1.280.214.000,04	1.206.402.099,96
Bens imóveis - Cessões Devolvidas Intra OFSS ²	405.636,32	-
Total	1.280.619.636,36	1.206.402.099,96

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2018, contempla R\$ 34.000.000,00 referente a crédito suplementar ao montante inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual, conforme Decreto nº 46.425/2018.

² OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Nota 4 – Transferências Intergovernamentais Recebidas – No total de R\$ 356.285,00, R\$ 164.285,00 refere-se a doação de ônibus rodoviário pelo TRE/PE e R\$ 192.000,00 refere-se a doação, pela prefeitura, de terreno para construção do



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

novo Fórum de Lajedo, avaliado a valor de mercado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE.

Nota 5 – Desincorporação de Passivos – Do total, R\$ 31.049.954,06 decorre de ajustes no passivo de férias, cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

Nota 6 – Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas – Em 2018, o ajuste para perdas sobre créditos não tributários de curto prazo, calculado proporcionalmente, conforme metodologia detalhado no item 2.1.4, mensurado em 97,71%, resultou em uma redução no ajuste já registrado.

Nota 7 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Destacam-se as variações patrimoniais aumentativas relativas a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2018	2017
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	65.878.160,95	59.449.097,71
Multas Administrativas	161.950,81	453.006,71
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	5.062.580,61	1.811.873,55
Indenizações e Restituições	1.193.040,46	786.001,61
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	1.108.487,43	27.660,48
TOTAL	73.404.220,26	62.527.640,06

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

O acréscimo na receita arrecadada de depósitos judiciais decorre de alteração contratual com a instituição financeira que aumentou a taxa de remuneração das disponibilidades de 0,10% para 0,15%.

Nota 8 – Benefícios a Pessoal – Esse grupo apresentou discreto acréscimo de 0,40%, detalhado abaixo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Descrição	Total Empenhado 2018	Análise vertical 2018	Total Empenhado 2017	% Acréscimo 2018/2017
Auxílio Alimentação ¹	82.625.359,59	49,52%	76.861.583,88	7,50%
Auxílio Moradia ²	26.774.853,34	16,05%	26.452.287,63	1,22%
Indenização De Transporte ³	18.436.843,00	11,05%	18.217.733,60	1,20%
Auxílio Transporte ⁴	13.543.864,30	8,12%	14.386.373,94	-5,86%
Parcela Indenizatória Ref. Exercício de Cargos - Lei Complementar 100/2007 ⁵	12.790.316,50	7,67%	11.192.816,56	14,27%
Auxílio Saúde ⁴	11.706.950,00	7,02%	7.917.860,00	47,85%
DEA - Ajuda De Custo Pessoal ⁶	829.105,76	0,50%	852.773,39	-2,78%
Demais benefícios	137.363,53	0,08%	234.946,57	-41,53%
DEA - Auxílio Alimentação ⁷	10.158,64	0,01%	9.555.774,21	-99,89%
Auxílio Funeral ⁸	-	-	521.042,07	-
Total	166.854.814,66	100,00%	166.193.191,85	0,40%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Auxílio Alimentação pago a servidores e magistrados.

² Auxílio Moradia pago a magistrados.

³ Indenização de transportes pago a oficiais de justiça para exercício de sua atividade.

⁴ Benefício concedido a servidor.

⁵ Refere-se à verba indenizatória paga a magistrado.

⁶ Compreende, em sua maioria, a parcela indenizatória referente exercício de cargos, relativa a exercícios anteriores, previsto na nota 5 deste quadro.

⁷ Em sua maioria, compreende benefício concedido a magistrado, referente auxílio alimentação de exercícios anteriores, em razão de decisão administrativa.

⁸ O Auxílio Funeral passou a ser classificado no grupo outros benefícios previdenciários e assistenciais, importando em 2018 no montante de R\$ 462.387,71.

Nota 9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas com Pessoal e Encargos – Contemplam despesas classificadas como Indenizações e Restituições Trabalhistas, Licença Prêmio - Pessoal Civil, Ressarcimento de Pessoal à Disposição do Estado e Pessoal Requisitado de Outros Órgãos.

Nota 10 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Compreendem despesas com Auxílio Funeral que até 2017 eram classificadas no grupo benefícios a pessoal, conforme nota 8.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Nota 11 – Depreciação, Amortização e Exaustão – Evidencia a depreciação e a amortização, calculadas pelo método das quotas constantes, conforme detalhado no item 2.1.7.

Descrição	2018	2017
Depreciação de Bens Imóveis	8.451.534,65	6.268.796,79
Amortização de Intangível	3.636.749,10	4.939.420,76
Total	12.088.283,75	11.208.217,55

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 12 – Transferências Intragovernamentais Concedidas – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis.

Descrição	2018	2017
Repasse financeiros concedidos	34.790.452,87	814.900,63
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	10.347,72	992.132,88
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	464.340,53	865.135,62
Bens Imóveis - Cessões Concedidas	2.883.295,45	405.636,32
Total	38.148.436,57	3.077.805,45

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Os repasses financeiros concedidos, evidenciados acima no valor de R\$ 34.790.452,87, compreendem o repasse ao Poder Executivo estadual de R\$ 34.000.000,00, conforme Lei nº 16.414/2018 e Decreto nº 46.501/2018, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, além do montante de R\$ 790.452,87, transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/96.

Nota 13 – Transferências Intergovernamentais Concedidas - Do montante de R\$ 4.856.656,10, R\$ 2.859.074,90 refere-se a cessão de imóveis cedidos a municípios e R\$ 1.997.581,20 a devolução de bens imóveis cedidos por municípios.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Nota 14 – Transferências a Instituições Privadas – Corresponde à despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

Nota 15 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – Refere-se ao registro de ajuste para perdas realizado na conta de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.4. O ajuste na conta de créditos a receber foi revertido, conforme VPA detalhada na nota 6.

Descrição	2018	2017
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	666.504,77	279.917,71
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	-	443.756,19
Desincorporação de Outros Créditos Não Tributários	-	2.554,69
Total	666.504,77	726.228,59

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 16 – Desincorporação de Ativos – Corresponde a baixa de bens móveis e imóveis, conforme tabela a seguir.

Descrição	2018	2017
Outras Desincorporações de Bens Imóveis ¹	961.002,13	-
Doação de Bens Móveis ²	376.354,35	-
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	339.790,88	13.586,49
Outras Baixa de Bens Móveis	7.950,00	1.192,03
Total	1.685.097,36	14.778,52

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Desincorporação de bens imóveis por demolição, remembramento, dentre outros.

² Realizada para entidades sem fins lucrativos, bem como unidades do Poder Executivo estadual. Registrada pelo valor líquido contábil que corresponde a avaliação realizada pelo setor de Patrimônio, para os bens considerados inservíveis / antieconômicos. O saldo resultante da apuração entre o valor de aquisição (custo histórico) e o de avaliação desses bens, no montante de R\$ 3.596.486,41, foi lançado na conta de ajuste de exercícios anteriores, conforme nota 12 do balanço patrimonial.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Nota 17 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreende variações decorrentes, principalmente, de outras indenizações e restituições.

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Quadro principal do Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Além disso, as colunas “Saldo” e “Saldo da Dotação”, que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera o valor do déficit de previsão da receita no demonstrativo. O déficit deve ser informado apenas para a execução.

Nota 1 – Receita Tributária – A receita tributária compreende as receitas diretamente arrecadadas, relativas a Custas e Taxa Judiciais, bem como Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR), sendo apresentada pelo seu valor líquido, conforme orientação da IPC 07. A receita tributária bruta arrecadada foi de R\$ 179.223.231,78, sendo deduzido o montante de R\$ 647.387,13, resultando numa receita tributária líquida de R\$ 178.575.844,65, correspondente ao crescimento percentual de 3,29% em relação ao exercício de 2017. Destaque-se que o crescimento da arrecadação de 2017 em relação à 2016 foi de 4,84%. As deduções da receita correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita Tributária	Arrecadação por Exercício		
	2018	2017	% (2018/2017)
Custas Judiciais	62.340.047,77	57.126.698,75	9,13%
Taxas Judiciais	35.818.836,92	36.495.902,24	-1,86%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	80.416.959,96	79.268.170,23	1,45%
TOTAL	178.575.844,65	172.890.771,22	3,29%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – É impactada principalmente pela arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, que representa 92,07% do total arrecadado nesse grupo.

Nota 3 – Total das Receitas – As receitas arrecadadas (realizadas) corresponderam a 88,65% das receitas previstas, representando um déficit de arrecadação no valor de R\$ 33.498.912,53, conforme evidenciado no quadro abaixo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Saldo (Déficit de Arrecadação)
(a)	(b)	(c) = (b - a)
295.226.200,00	261.727.287,47	(33.498.912,53)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, conforme evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a - b)
261.727.287,47	1.565.695.621,61	(1.303.968.334,14)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria deficitário no valor de R\$ 58.544.786,97. Esse déficit foi suportado pela utilização de parte dos recursos do superávit financeiro do ano anterior, autorizado mediante crédito adicional.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas à Defensoria Pública	Déficit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
261.727.287,47	1.280.214.000,04	1.565.695.621,61	34.790.452,87	(58.544.786,97)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Saldos de Exercícios Anteriores – O valor de R\$ 86.953.000,00 representa 61% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2018.

Nota 6 – Dotação Inicial - Na Lei Orçamentária Anual de 2018, a diferença entre a dotação inicial da despesa quando comparada com o montante previsto da receita inicial é de R\$ 1.245.393.000,00. Desse valor, R\$ 1.246.214.000,00 refere-se a previsão do duodécimo a receber, deduzido de R\$ 821.000,00 destinados à



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida em que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

Previsão Inicial da Receita	Dotação Inicial da Despesa	Diferença
(a)	(b)	(c) = (a - b)
295.226.200,00	1.540.619.200,00	(1.245.393.000,00)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Adicionalmente, a diferença anteriormente citada não ocorre na visão do Orçamento Geral do Estado, quando comparada a receita prevista versus despesa fixada.

Nota 7 – Dotação Atualizada – Comparada à dotação inicial da despesa, houve um acréscimo de R\$ 86.953.000,00, resultante da equação abaixo demonstrada:

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação por Superávit Financeiro	Cessão de Orçamento ¹	Suplementação (Recursos do Estado) ²	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c + d)
1.540.619.200,00	86.953.000,00	34.000.000,00	34.000.000,00	1.627.572.200,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Decreto nº 46.501/18, no cumprimento do disposto na Lei nº 16.414/2018, em favor da Secretaria de Defesa Social.

² Decreto nº 46.425/18.

Nota 8 – Despesas Empenhadas e Liquidadas – Atingiram o montante de R\$ 1.565.695.621,61, correspondendo a 96,20% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 61.876.578,39.

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
1.627.572.200,00	1.565.695.621,61	61.876.578,39

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2018, assim como em 2017, não há valores a serem apresentados a esse título.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

O montante inscrito em Restos a Pagar Processado no exercício de 2017, foi pago no decorrer do exercício de 2018.

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida de deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de Custas e Taxa Judiciais, Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR), recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	Receita Bruta	Deduções da Receita Orçamentária	Receita Orçamentária Líquida
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Ordinária	7.856.344,54	-	7.856.344,54
Vinculada	254.518.330,06	647.387,13	253.870.942,93
Recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização	254.485.327,07	647.387,13	253.837.939,94
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	33.002,99	-	33.002,99
TOTAL	262.374.674,60	647.387,13	261.727.287,47

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

A fonte de Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos, apesar de ser recurso da UGE 070002 - FERM, em razão do padrão definido pelo Poder Executivo, é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor de R\$ 1.280.214.000,04, composto por R\$ 1.246.214.000,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, somado a R\$ 34.000.000,00, resultante do Decreto nº 45.425/2018, e R\$ 0,04, recebidos a título de arredondamentos.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreendem o repasse financeiro à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, no valor total de R\$ 814.900,63, conforme previsto na Lei nº 11.404/96, bem como o repasse à Secretaria de Defesa Social, no valor de R\$ 34.000.000,00, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, conforme Decreto nº 46.501/18, no cumprimento do disposto na Lei nº 16.414/2018.

Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa verifica-se a diminuição do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 59.666.569,56, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2017, evidenciando assim a variação negativa ocorrida nas disponibilidades financeiras da unidade gestora, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, reflexo do resultado orçamentário deficitário, somado ao fluxo da movimentação dos recursos extraorçamentários, inclusive transferências recebidas e concedidas.

Saldo Final 31/12/2018	Saldo Final 31/12/2017	Resultado Financeiro 2018
(a)	(b)	(c) = (a - b)
134.996.411,80	194.662.981,36	(59.666.569,56)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerentes à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga,



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativos das operações e dos investimentos foram custeados pelo saldo líquido existente em caixa em 31/12/2017, resultado do uso de recursos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017. Este indicador em 2018 reduziu R\$ 58.544.786,94, quando comparado ao saldo de 2017, conforme explicado na nota 15 do balanço patrimonial. É importante esclarecer que a utilização desses recursos se dá pelo incremento ao orçamento inicial, por meio de abertura de créditos adicionais, conforme detalhado nas notas 5 e 7 do balanço orçamentário.

A movimentação apresentada na DFC considera as receitas arrecadadas, bem como as despesas empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.

Nota 1 – Transferências Correntes Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.280.214.000,04, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo, conforme LOA e Decreto nº 45.425/2018.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Representam o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 34.000.000,00, conforme Lei nº 16.414/2018 e Decreto nº 46.501/2018, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, bem como o montante de R\$ 814.900,63 transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/96. Além disso, há a despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.720.194,55, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários no montante negativo de R\$ 9.586.760,10, representados principalmente por retenções e depósitos diversos, além de seus respectivos recolhimentos e devoluções, que afetaram positivamente o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa. Nesse sentido, a redução se dá pelo fato dos pagamentos do saldo remanescente das obrigações extraorçamentárias do exercício 2017, somados aos das obrigações de 2018, ter sido menor do que efetivamente ingressou de recursos a esse título durante o exercício que se encerra.

Recife, 31/12/2018.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Presidente

Nota: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), ocorreu em 30/04/19, edição nº 79/2019, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.